

O OLHAR DOS “USUÁRIOS DE LAZER” SOBRE O PARQUE MANGAL DAS GARÇAS EM BELÉM/PA

Pablo Vitor Viana Pereira¹
Mirleide Chaar Bahia²

Belém, PA, Brasil

RESUMO: O presente estudo buscou analisar a relação dos “usuários de lazer” com o Parque Naturalístico Mangal das Garças. Procurou-se compreender sobre o que eles consideravam como espaço público, e se reconheciam o parque enquanto espaço público de lazer, tendo em vista suas motivações, seus usos e suas opiniões. Como aporte metodológico, a pesquisa parte de uma abordagem qualitativa, por meio de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. Como conclusão, percebemos que não há uma frequência de uso do Parque Mangal das Garças, além do que, na maioria das vezes a motivação é a contemplação, ao invés de mais vivências de lazer.

Palavras-chave: Espaços públicos. Mangal das Garças. Lazer.

THE LOOK OF “LEISURE USERS” ABOUT PARQUE MANGAL DAS GARÇAS IN BELÉM/PA

ABSTRACT: The present study sought to analyze the relationship of "leisure users" with the Parque Naturalístico Mangal das Garças. It tried to understand what they considered as a public space, and if they recognized the park as a public leisure space, considering their motivations, their uses and their opinions. As a methodological point, the research starts from a qualitative approach, through bibliographical research and field research. As a conclusion, we noticed that there is a frequency of use of the Parque Mangal das Garças, in addition to that, most of the time the motivation is contemplation, rather than more leisure experiences.

Keywords: Public spaces. Mangal das Garças. Leisure.

¹ Graduação em Turismo (Bacharelado) pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Mestrando no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (NAEA). E-mail: pablo.viana28@gmail.com

² Doutora em Desenvolvimento Socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA); Professora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (NAEA). E-mail: mirleidebahia@gmail.com

LA MIRADA DE LOS "USUARIOS DE LAZER" SOBRE EL PARQUE MANGAL DAS GARÇAS EN BELÉM / PA

RESUMEN: El presente estudio buscó analizar la relación de los "usuarios de ocio" con el Parque Naturalístico Mangal das Garças. Se buscó comprender sobre lo que ellos consideraban como espacio público, y se reconocían el parque como espacio público de ocio, teniendo en vista sus motivaciones, sus usos y sus opiniones. Como señala metodológico, la investigación parte de un abordaje cualitativo, por medio de investigación bibliográfica y investigación de campo. Como conclusión, percibimos que no hay una frecuencia de uso del Parque Mangal das Garças, además de lo que, la mayoría de las veces la motivación es la contemplación, en lugar de más vivencias de ocio.

Palabras-clave: Espacios públicos. Mangal das Garças. Ocio.

Introdução

A discussão sobre o entendimento do que sejam espaços públicos, ainda causa incertezas e indefinições (GOMES, 2012), até por que para compreender, não necessariamente tenha que definir ou classificar determinado espaço, mas entendê-lo na sua concretude. Como aponta Lefebvre (1991) é necessário compreender primeiramente as dimensões da produção do espaço. Em primeiro lugar deve-se levar em consideração a prática espacial como dimensão do espaço, isto é, entender que são expressas pelas práticas concretas, funcionais e existenciais, especialmente voltadas à reprodução econômica e social. Em segundo lugar é analisar pelo aspecto da "representação do lugar" enquanto ideia e concepção intelectualmente elaboradas, sobretudo ao planejamento e gestão. E por último a dimensão vista como "espaço de representação", ou seja, aquela que trata das questões simbólicas, da vida cotidiana e principalmente relacionadas pelas relações culturais.

Entretanto, quando se discute espaços públicos de lazer no contexto do planejamento urbano, especialmente dentro das políticas públicas, pouco se percebe a produção do espaço enquanto espaços de representação, muito menos pela diversidade ou coabitação dos diferentes. O distanciamento entre a população e o espaço concebido, torna-se fragmentado, homogêneo, com valor de troca, hierárquico, e fortalecido pelos regulamentos e normas, caracterizado principalmente pela dialética público ou privado, público ou coletivo, público ou semi-público.

É nesse contexto, que essa pesquisa procura analisar qual a relação dos "usuários de lazer" ³ com o Parque Naturalístico Mangal das Garças. Procurou-se

³ O usuário de lazer utiliza a área para descanso, meditação, passeios, atividades lúdicas e brincadeiras, atividades culturais, contemplação da natureza, atividades corporais de lazer sem objetivos de treinamento e *performance* (BAHIA, 2012, p. 251).

compreender sobre o que eles consideravam como espaço público, e se reconheciam o parque enquanto espaço público de lazer, tendo em vista suas motivações, seus usos e suas opiniões. Como aporte metodológico priorizou-se a abordagem qualitativa, culminando em pesquisa bibliográfica disciplinada e crítica, além da pesquisa de campo. No trabalho de campo, foi utilizado como instrumento de coleta de dados, a entrevista semiestruturada, direcionada ao público do parque e em torno. Para consolidação da pesquisa de campo, foram feitas observações anotadas em diário de campo. E por fim, análise dos dados e interpretação dos resultados finalizando nas considerações finais.

Metodologia

Como caminho metodológico, utilizou-se da abordagem qualitativa, haja vista que trata de questões muito particulares, onde o nível de realidade não podem ser simplesmente reduzido ou quantificado. Segundo Minayo (2015, p. 21) esse tipo de pesquisa trabalha “com o universo de significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”. Logo, percebe-se a importância de uma abordagem de natureza qualitativa, já que se trata de estudo da realidade social.

Esta pesquisa é parte da avaliação da disciplina “Espaço público e produção social da cidade” do curso de mestrado em Planejamento do Desenvolvimento, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA). Portanto, este estudo foi realizado com base nos textos científicos estudados em sala de aula, que culminou entre pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo.

O *lôcus* da pesquisa foi o Parque Naturalístico Mangal das Garças e a escolha da referida área se deu devido a sua representatividade, e por ser um espaço de práticas sociais – usos. Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se o roteiro de entrevista semiestruturada, direcionada aos usuários e aos moradores próximos ao parque. As entrevistas semiestruturadas combinaram em perguntas fechadas, por exemplo, nome, idade e profissão, além de perguntas abertas, em que o entrevistado teve a possibilidade de discorrer sobre as questões sem se prender à indagação formulada (MINAYO, 2015).

As entrevistas foram gravadas em aparelho multimídia e transcritas na íntegra. No total foram entrevistadas 26 pessoas dentro do parque (sendo moradores da região metropolitana de Belém e turistas) e 16 pessoas das proximidades do parque (moradores, vendedores e prestadores de serviços). A amostragem foi definida pela saturação das questões a serem analisadas, pois é necessário garantir que os conteúdos coletados e sua riqueza especial sejam analisados (MINAYO, 2015). As aplicações das entrevistas foram realizadas no dia 16 de Setembro de 2017, entretanto, houve outras visitas *In loco* que contaram com observações anotadas em diário de campo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Descrição do espaço público de lazer: Parque Naturalístico Mangal das Garças

O Parque Naturalístico Mangal das Garças inaugurado pelo governo do Estado do Pará em 2005, fica localizado às margens do rio Guamá, no entorno do Centro Histórico da cidade de Belém, resultado do projeto de revitalização de uma área de 40m², torna-se um espaço voltado às práticas de lazer, entretenimento e uso turístico. Segundo os estudos de Trindade Júnior (2013) as justificativas que levaram à requalificação urbana da área central pelo governo do Pará, em especial, o Mangal das Garças era por ser uma área de várzea, igapó e terra firme sem uso efetivo para fins urbanos. O autor destaca que esse processo caracterizava-se “[...] um mundo de competição dos lugares, o patrimônio torna-se o argumento fundamental do chamado marketing urbano” (TRINDADE JÚNIOR, 2013, p. 491).

O parque naturalístico é constituído pelos seguintes ambientes: memorial amazônico da navegação (espaço de exposição destinado à história da navegação na Amazônia), farol de Belém (torre em estrutura metálica de 47 metros de altura e dois níveis de observação, a 15 e a 27 metros), viveiro de plantas e de animais da fauna e flora regional, restaurante especializado em comida regional e internacional, mirante à beiro rio, borboletário (viveiro de borboletas e beija-flores) e o armazém do tempo (antigo galpão de ferro que serve de espaço para exposição) (FIGURA 1). É importante frisar que o parque Mangal das Garças é administrado pela OS Pará 2000⁴, onde tem contrato de gestão assinado com a Secretaria de Estado de Turismo (SETUR), todavia, vale ressaltar que até o ano de 2016, o acordo era feito com a Secretaria de Estado de Cultura (SECULT).

Figura 1: Mapa do Parque Naturalístico Mangal das Garças



Fonte: Mangal das Garças (2017).

⁴ A Organização Social Pará 2000, é uma instituição pública de caráter civil, credenciada pelo Governo do Pará, através da Secretaria de Estado de Turismo (SETUR). Além de administrar o Parque Mangal das Garças, também administra o Complexo Turístico Estação das Docas e o Hangar Centro de Convenções e Feiras da Amazônia.

A entrada no parque é gratuita, no entanto, alguns espaços como borboletário, o farol, o memorial da navegação e o viveiro cobram entrada. O parque oferece o serviço de visita monitorada apenas nos espaços cobrados, entretanto, para escolas e entidades sociais é necessário agendamento e enviar ofício para gratuidade desse serviço. Porém, na pesquisa de campo percebeu-se que o espaço precisa de reparos e manutenções, em especial, aos equipamentos, como o viveiro e a torre que se encontravam fechados, e segundo relatos de visitantes os espaços estavam em manutenção há mais de três meses. Portanto, no tópico abaixo serão apontados os resultados sobre os usos, motivações e concepção dos entrevistados sobre o Parque Mangal das Garças.

O que é o espaço público de lazer em Belém: o que dizem os entrevistados

A discussão sobre espaços públicos na cidade contemporânea na maioria das vezes são contestados, esse descontentamento se revela na prática exercida pelas políticas urbanísticas, que não entende a prática social como chave principal nesse processo. De acordo com Lefebvre (1991) é preciso uma reflexão teórica acerca das estruturas que compõem a cidade (econômica, política, e principalmente, culturais), pois é na cultura que se revela os dilemas das políticas públicas, e também é preciso ter a preocupação com as necessidades sociais que muitas vezes são opostas e ao mesmo tempo complementares.

O contexto histórico sobre os espaços públicos está ligado diretamente com um duplo processo, chamado de industrialização e urbanização, crescimento e desenvolvimento, produção econômica e vida social (LEFEBVRE, 1991). Segundo esse autor o duplo aspecto torna-se unidade e ao mesmo tempo apresenta-se conflitante, que historicamente se manifesta como “processo dialético, longe de estar elucidado, está também longe de ter terminado” (LEFEBVRE, 1991, p.17).

Em se tratando da história dos espaços públicos, não se pode esquecer de mencionar a passagem do Barão Haussmann na França entre 1852 e 1870, no qual tinha o objetivo de modernizar Paris, com o alargamento das vias públicas, hierarquização dos espaços, a busca do controle, sobretudo, a higienização e o embelezamento da cidade. O urbanismo haussmaniano tinha como finalidade “substituir as ruas tortuosas mas vivas por longas avenidas, os bairros sórdidos mas animados por bairros aburguesados” (LEFEBVRE, 1991, p.23).

Essas questões históricas revelam ideologias sobre o modelo de urbanismo exercido, principalmente, nas cidades do Brasil, no caso específico desse estudo, a cidade de Belém. Esse pensamento de exclusão na sociedade se manifesta no que podemos chamar de uma urbanização desurbanizante e desurbanizada (LEFEBVRE, 1991). Nesse transcurso, a segregação enquanto ideologia e estratégia de classe se evidenciam através de três aspectos, “espontâneo (proveniente das rendas e das

ideologias) – voluntário (estabelecendo espaços separados) – programado (sob o pretexto de arrumação e de plano)” (LEFEBVRE, 1991, p.97). O autor aponta que o fenômeno da segregação deve ser analisado segundo índices e critérios diferentes:

Ecológicos (favelas, pardieiros, apodrecimento do coração da cidade), formais (deterioração dos signos e significações da cidade, degradação do “urbano” por deslocação de seus elementos arquitetônicos), sociológico (níveis de vida e modos de vida, etnias, culturas e sub-culturas etc.) (LEFEBVRE, 1991, p.98).

Entretanto, as ideologias antisegregacionistas seriam antes de tudo ideológicas, pois se no plano teórico, o pensamento analítico ao mesmo que tempo separa, deturpa. Por outro, social e politicamente, as estratégias de classes (inconscientes ou conscientes) tencionam a segregação. Enquanto de um lado temos os poderes públicos adotando uma ideologia humanista, por outro as empresas que juntas absorvem e suprimem a cidade, ou seja, estabelecem uma relação que convergem para a segregação. Por isso, a importância de pensar nas necessidades das cidades e na vida urbana, procurar especialmente constituir uma estratégia unitária popular que prevaleça o reconhecimento do direito em sua plenitude.

É o que podemos visualizar a partir de Lefebvre (1991) quando se pensa em reflexão urbanística. Segundo o autor é preciso entender a cidade como processo em constante transformação e que é necessário uma reflexão sociológica. Aponta nesse decurso, a urgência de uma integral cidadania, e que legitime o direito à vida em todos seus aspectos.

Nesse sentido, o espaço público deve ser entendido como lugar de sociabilidade, da ação política, ou pelo menos da possibilidade da ação política, das vivências de lazer, de encontro e etc., isto é, de espaço de uso multifuncional fundamental para a vida nas cidades. Não se pode pensar em valores que caracterizam o espaço público apenas pelo viés econômico (comercialização, comunicação, entretenimento e etc.), mas como local que proporcione especialmente qualidade de vida à população.

Todavia, entre os filósofos do espaço público, destacam-se as contribuições de Arendt (1993) e Habermas (1984). Para Arendt, o espaço público aparece como lugar da ação política, ou seja, da capacidade de julgamento e do poder de discernimento de cada ser humano. Já para Habermas, o espaço público seria lugar *par excellence* do agir comunicacional, melhor dizendo, o domínio historicamente fundamentado na controvérsia democrática e do uso livre e público da razão. Segundo Gomes (2012), são comuns as incertezas quanto às definições sobre espaços públicos, e apresenta algumas:

Em primeiro lugar, esse tipo de espaço não pode continuar a ser concebido simplesmente pela oposição ao privado, segundo um sistema binário pelo qual tudo o que não fosse público seria privado. Um primeiro problema dessa simplista equação é não levar em consideração outros estatutos possíveis do espaço (coletivo ou comum, por exemplo). O segundo problema desse raciocínio, por exclusão, é que ele reafirma as insuficiências conceituais e empíricas, pois não se trata de uma definição, mas tão somente de uma classificação. Por fim, o último e principal problema é que, nesse estreito campo de oposição, não se percebe que há uma

necessária combinação e reforço de um estatuto sobre o outro, uma vez que eles participam de um mesmo campo de fenômenos (GOMES, 2012, p. 21).

Em consonância com enunciado, Serpa (2009) salienta que para compreender o espaço público é preciso uma abordagem fenomenológica do problema, aponta a necessidade de uma discussão da noção de cidadania e da ação política, destaca ainda que é essencial “elucidar as dimensões socioculturais e políticas da apropriação social dos espaços públicos urbanos, em contexto distinto” (SERPA, 2009, p.16).

Serpa (2009) aponta problemas sobre o processo de apropriação dos espaços públicos pela representação estática, teatralizada e simplificada do contexto urbano, ressalta que esses espaços são na verdade concebidos e/ou implantados, pois pelo que é observado tornam-se espaços de segregação e exclusão, tanto pela inacessibilidade física quanto pela inacessibilidade simbólica, logo serve:

[...] de instrumento para que os detentores do poder – político e econômico – destruam aquilo que representa ameaça e resistência, em outras palavras, abram caminho para que se homogeneizem as diferenças. O espaço serve, assim ao poder institucional como um tanque de combate, instrumentalizando a homogeneização (SERPA, 2009, p.19).

É importante observar que conversão de um público que outrora fizera uso cultural da razão, agora se torna um público consumidor de cultura. Nesse sentido, o espaço público transforma-se, portanto, em uma justaposição de espaços privatizados, ou seja, ele é partilhado e dividido entre diferentes grupos baseados nos jogos de classes.

Quanto aos modos de vida na cidade, principalmente aos da metrópole, passa por grandes mudanças em relação, principalmente, ao tempo livre, percebe-se que o trabalho exercido pelo homem urbano ganha tamanha importância ao ponto de esquecer ou deixar de lado o papel de vivenciar momentos de descanso e divertimento. Muitas vezes, o papel do emprego, do ofício, das tarefas torna a vida do homem moderno saturada de problemas de caráter social ou até de saúde. Nota-se uma grande preocupação pelo “ser produtivo” perante a sociedade, algo que parece ser determinado e no qual estabelece valor ético e moral. De fato o trabalho precisa estar presente na vida do homem, mas deve-se pensar em todas as necessidades humanas.

Assim, estudar os espaços destinados às vivências de lazer possibilita entender os sujeitos, as políticas públicas, o processo de valorização e preservação das cidades. Neste sentido, pode-se destacar que o lazer enquanto fenômeno sociocultural pode trazer importância significativa ao tentar compreender relações humanas nos diferentes contextos históricos, político, social, econômico e cultural da sociedade. Dessa forma, as administrações de espaços de lazer precisam saber quais são as aspirações e necessidades da comunidade, pois:

[...] todo o esforço para sua democratização não pode depender unicamente da construção de equipamentos específicos. Eles são importantes e sua proliferação é

uma necessidade que deve ser atendida. Mas a ação democratizadora precisa abranger a conservação dos equipamentos já existentes, sua divulgação, “dessacralização” e incentivo à utilização, por meio de políticas específicas, e a preservação do patrimônio (MARCELLINO; BARBOSA; MARIANO, 2008, p. 143).

Esses tipos de interesses citados acima são as principais problemáticas de uso dos espaços de lazer nos centros urbanos, em razão das centralizações de poder e das divisões de classes sociais, no qual muitos equipamentos específicos denotam áreas de interesses intelectuais e artísticos como é o caso dos teatros e complexos turísticos, onde a participação da comunidade é inibida pelo ar de santuário que o espaço apresenta.

Portanto, entender os elementos que englobam o campo do lazer, neste caso as vivências, requer em primeiro momento, reconhecer a cidade como projeto da sociedade e não apenas pelo lugar afetivo, mas pelo seu plano específico, percebido e concebido que caracteriza a cidade urbana (LEFEBVRE, 2001). Em se tratando de Amazônia, muitas das suas estruturas consideradas espaços de lazer como os monumentos históricos são na verdade traços da relação da cidade com ideário urbano ocidental, a exemplo de Belém do Pará, com características de cidades europeias, mas que ao longo do tempo vem se configurando no contexto da urbanização moderna (CASTRO, 2009).

Esses tipos de mudanças nos grandes centros urbanos trouxeram muitas contradições e controvérsias no campo do social, a exemplo, da insegurança nas cidades, na falta de políticas públicas mais consistentes ou específicas, a ausência de oportunidade de vivenciar o lazer no sentido contrário à do consumo. Por esse motivo a maioria da população fica prisioneira das mídias televisivas, tendo como reflexo baixo esforço intelectual, já que na indústria cultural tudo é imediato (MEZZAROBBA, 2009).

Muitos são os fatores que contribuem para o processo do não direito à cidade, observam-se constantemente os fatores que limitam o usufruto dos espaços de lazer nos centros urbanos como – a classe social, o nível de instrução, a faixa etária, o sexo, entre outros, principalmente se consideramos a frequência das vivências e sua qualidade, colocando o lazer como produto a ser vendido, são indicadores indesejáveis e necessitam ser atacados por uma política que tenha o propósito da democratização cultural (MARCELLINO, 2000). Os espaços públicos urbanos vêm assumindo novas configurações, não tendo apenas uma função, mas sendo multifuncional à medida que surgem necessidades humanas, entretanto é necessário:

[...] implementar uma política de investimento muito clara na retomada da qualidade do espaço da cidade, na retomada da sua multifuncionalidade e beleza, na retomada da ideia de uma cidade que conecte usos, funções e pessoas diferentes, em segurança. Esse modelo não só é urgente para quem defende uma posição mais democrática de utilização do espaço público, da vida pública, mas também porque é mais sustentável (ROLNIK, 2000, p. 184).

Para tanto, além de serem importantes para a sociedade, os espaços da/na cidade oportunizam maior pertencimento com seu lugar cidadão. É preciso considerar,

ainda, que as propostas advindas das políticas englobem não somente a minoria, mas todas as classes sociais. Todavia, otimizar a inovação nas políticas setoriais requer um debate amplo e construído de conceitos que perpassem pelos diversos campos das ciências sociais aplicadas, para ir além nas mudanças favoráveis as camadas populares.

Portanto, para se concretizar a apropriação democrática de espaços públicos de lazer precisam-se unir esforços entre gestão participativa e política pública para as cidades. Como salienta Pereira & Matos (2015) o grande desafio da gestão pública é dinamizar os espaços públicos para toda a sociedade, pois, além desses locais apresentarem manifestações políticas, artísticas e econômicas, eles ainda são lugares que estão em constante transformação.

No contexto da cidade de Belém, Figueiredo (2008), Bahia (2012) e Trindade Junior (2013) apontam justamente experiências de obras com o objetivo de transmitir uma nova imagem para a cidade, a exemplo da Estação das Docas, Complexo Turístico Feliz Lusitânia e Mangal das Garças. Todavia destaca que o processo de revitalização adotada pelas políticas públicas de revitalização expõe vários problemas, que se estabelece pela falta de acessibilidade atribuída pela concretude física do espaço, mas, sobretudo das barreiras simbólicas existentes. Em suma, pode-se afirmar que os espaços públicos nas cidades, carecem de políticas públicas que qualifiquem os espaços públicos como lugares de sociabilidade por excelência.

Com base nas reflexões sobre espaços públicos, e a apropriação deste pela sociedade fica evidente quão são os entraves e as limitações em relação às práticas sociais – usos. Como vimos, o contexto histórico se revela como causa, assim como os aspectos ideológicos, de segregação, de estratégias de classes que culminam em barreiras (físicas e simbólicas). Nesse contexto essa pesquisa foi realizada visando perceber a relação dos entrevistados com o espaço Mangal das Garças.

Algumas perguntas foram direcionadas a alguns visitantes que circulavam na parte interna do parque e outras apenas para pessoas ao redor do parque, a exemplo de moradores e vendedores ambulantes, para entendimento de alguns pontos.

A princípio buscou-se saber dos visitantes, se eles sempre frequentavam o espaço e por quê? Na maioria das respostas os entrevistados relataram que geralmente não costumavam ir (uns diziam estar pela primeira vez, outros pela segunda e terceira vez) e um pequeno número disse sempre ir. Essas respostas acabavam refletindo na segunda pergunta que era, Qual o principal motivo da sua visita a este local? Os entrevistados destacaram principalmente o lazer enquanto motivação, porém os ensaios fotográficos das diferentes formas (*book* infantil, de formatura e casamento) vêm se tornando as principais motivações das pessoas como constatado em alguns relatos.

Sessão de foto da minha esposa aí. (ENTREVISTADO 01)

[...] é por que é meu ensaio fotográfico da formatura. (ENTREVISTADO 12)

Segunda vez no local, porque vim acompanhar minha irmã nas suas fotografias de

formatura, e minha primeira vez foi para passear e conhecer o espaço. (ENTREVISTADO 03)

Após análise das entrevistas foi observada a frequência das seguintes palavras como principais motivações: ensaio fotográfico, lazer, turismo, passeio, conhecer e trabalho. Levando em consideração a proposta do parque como um espaço voltado à contemplação da natureza, pouco se observou a relação deles com essa razão, percebida principalmente pelo número de visitas ao espaço.

Nos estudos de Trindade Junior (2013) um dos principais motivos de transformação do espaço “[...] a partir das intervenções do poder público, trazem a concepção de um novo ordenamento urbano da “beira-rio” sob uma nova denominação - a “orla” -, assimilada” (TRINDADE JUNIOR, 2013, p. 505). Além de modificar o espaço, a ideia vinha de representar as diferentes macrorregiões florísticas da Amazônia, assim como sua fauna. Na prática como expõe Lefebvre esse lugar é muito mais “representação do espaço”⁵ em vez de “espaços de representação”, ou seja, tornam-se “Espaços vazios no sentido de um vazio mental e social que facilita a socialização de um domínio ainda não social é, na verdade, meramente uma representação do espaço” (LEFEBVRE, 1991, p. 190).

Com relação aos entrevistados (moradores, ambulantes, taxistas) do lado de fora do parque, questionou-se: Você costuma ir ao parque? Constatou-se por meio das respostas, que o lugar não tinha tanta significância, como se percebe na fala de alguns moradores.

O fato de morar perto, então logo no início quando foi inaugurado eu visitava bastante agora eu perdi mais o encanto (ENTREVISTADO 07).

[...] o motivo que pra ti era mudou muito, mas houve um tempo que vai, esse tempo mudou muito, agora já tá sem graça, num tem movimento assim como era antigamente, todo mundo admirava isso ai, tá jogado ai já não é como era antes (ENTREVISTADO 08).

Este fato revela mais uma vez que faz-se necessário compreender os espaços concebidos e implantados, que na maioria das vezes tornam-se espaços de inacessibilidade física quanto por inacessibilidade simbólica, pois a população em torno não se sente pertencente ao espaço, isto é, não foi levado em consideração seus simbolismos e imaginários.

No estudo de Gomes (2012) sobre espaços públicos: um modo de ser do espaço, um modo de ser no espaço, ressalta que os espaços públicos podem ser lugares de práticas cotidianas, com possibilidade de criação e transformação da vida social, mas que depende do reconhecimento e legitimidade pelos cidadãos. Esse reconhecimento é

⁵ Nas palavras de Lefebvre (1991, p.33) representação do espaço, que são amarradas às relações de produção e a ordem que essas relações impõem, e portanto ao conhecimento, signos, ao códigos, e para as relações frontais. Por outro, os espaços de representação estão relacionados aos símbolos, imagens e vivências residuais ligadas a práticas cotidianas dos diversos sujeitos produtores do espaço.

pouco perceptível nas falas dos entrevistados, visto que, não se tem uma constante relação de uso com o parque, quando tem a possibilidade de acesso é parcial, considerando que as visitas monitoradas acontecem exclusivamente nos espaços “pagos”, ficando os outros espaços apenas para contemplação. Outro ponto observado é que por essas visitas monitoradas para escolas e entidades sociais serem gratuitas, precisam ser previamente agendadas com envio de ofício.

Nesse sentido, as questões de acessibilidade se tornam questionáveis, haja vista que esses espaços são extremamente vigiados, além de estabelecer “um controle absoluto dos comportamentos, pois nos gramados dessas áreas não é permitido sentar ou andar” (FIGUEIREDO, 2008, p. 87). Essas restrições foram visualizadas em visita in locus, mas não apenas desse tipo de cuidado excessivo, como também de controle institucional que serve para destruir tudo aquilo que representa ameaça e resistência (SERPA, 2009).

Quando questionados: O que você considera como espaço público dentro de uma cidade? De acordo com os entrevistados, inúmeros aspectos foram levantados, mostrando vários significados, como: lugar de lazer, espaço onde todos podem entrar, aberto ao público sem cobrança de tarifas, como percebida na pesquisa.

[...] qualquer local que as pessoas podem ir, e desfrutar de lazer, sem ter que se preocupar tanto com violência né, ter o direito de ir e vir, segurança (ENTREVISTADO 04).

Espaço de convivência onde eu possa ter contato tanto com meio ambiente quanto com pessoas próximas (ENTREVISTADO 06).

Todos podem participar, sem restrição nenhuma (ENTREVISTADO 17).

Todos aqueles lugares comuns onde as pessoas transitam e podem transitar livremente sem pagar nada (ENTREVISTADO 13).

Mesmo quando nas falas dos entrevistados aparecem algumas das principais características do que seria “espaço público”, esses aspectos se confundem com “espaços coletivos”, que é meramente, “um espaço de uso comum, mas desprovido das qualidades que permitem ver nele, um espaço público” (SOUZA, 2008, p.80).

Outra questão analisada foi sobre, se os entrevistados reconheciam o “Mangal das Garças” como espaço público de lazer, e por quê? Dentre as narrativas orais se verificou primeiramente que a maioria dos entrevistados considera como espaço público, dentre fatores está a questão de aberto ao público, e também por relacionarem a segurança como fator motivacional.

[...] sim, é porque como falei é um espaço onde a pessoa pode vim, se sentir bem né, se sentir **seguro**, pelo menos eu tô me sentindo seguro aqui de vim, não está preocupado com nada e desfrutar do ambiente (ENTREVISTADO 04).

[...] sim, por que é tudo isso que eu falei, e bom de sim andar, **ambiente que você anda tranquilo** (ENTREVISTADO 03).

A maior parte dessas interpretações traz uma característica clara, a possibilidade de se sentir seguro, mesmo que construída pela sensação de segurança, até por que, os guardas que existem no parque estão para proteger o patrimônio público. O segundo aspecto é que muitas falas ficaram confusas, haja vista que certos ambientes se cobra para entrar, e na concepção dos entrevistados não deveria ter cobrança, como se constata a seguir.

[...] olha, eu reconheço, né, porque é um espaço que praticamente ele é gratuito, né. Apenas algumas coisas que **são pagos**, mas, como existe manutenção a gente tem que acatar né?! São regras (ENTREVISTADO 11).

Se lá dentro o borboletário e o farol fossem de graça era público, mas aí já é privado né, que a gente **paga** pra usufruir, então o espaço público é só dentro do parque, os espaços monitorados são partes privadas no caso né, que eles são pagos (ENTREVISTADO 22).

Pelo momento tá sendo um espaço público por causa que eles não tão cobrando entrada, tu pode entrar e sair a hora que tu quiser, mas tem aqueles locais lá que você tem que **pagar** pra conhecer porque tem um cara lá pra informar (ENTREVISTADO 05).

Pode-se inferir que esses espaços estão mais para ambientes semi-público ou privado aberto ao público, principalmente por instituir “normas internas facilitam as restrições, em vez de aumentar acessibilidade” (FIGUEIREDO, 2008, p. 89). A principal questão da cobrança na utilização dos espaços públicos são as restrições e impedimentos, principalmente as camadas populares. Ou seja, o Mangal das Garças, é mais um espaço de contemplação, invés de lugar de possibilidade de práticas cotidianas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É vasta a discussão em torno dos espaços públicos, especialmente quando se reflete sobre ser acessíveis a todos, porém as barreiras tanto físicas quanto simbólicas acabam por promover restrições e impedimentos no uso. Isto é, o espaço concebido na maioria das vezes é partilhado e dividido entre os diferentes interesses, além de fundamentado nos jogos de classe e nas diretrizes políticas e ideológicas, tornando-se espaços de segregação e exclusão.

Contudo, a análise do estudo realizado indica que as questões referentes ao espaço público ainda perpassam sobre o que significa um certo espaço público e sua representatividade na cotidianidade dessas pessoas. Como bem constatado não há uma frequência rotineira por parte dos entrevistados, haja vista que o espaço é cheio de controles excessivos, o que provoca certo desconforto ao usá-lo. Para que de fato o espaço seja reconhecido como público é necessário no mínimo que exista a possibilidade de diferentes sociabilidades, por exemplo, prática esportiva e as vivências de lazer.

Percebe-se que o Parque Mangal das Garças, enquanto espaço concebido revela limitações que se estabelecem, sobretudo no plano da contemplação, ao invés de permitir vivências socioculturais, ou maior inter-relação com o lugar. Portanto, é fundamental que esses espaços facilitem as experiências de lazer nas diferentes práticas (físicos, manuais, artísticos, intelectuais e sociais) promovendo momentos de sociabilidade e sensibilizando quanto à importância de tal espaço.

REFERÊNCIAS

- ARENDRT, H. **A condição humana**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.
- BAHIA, M. C. **O lazer e as relações socioambientais em Belém-Pará**. 2012. 300f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.
- CASTRO, E. M. R. Urbanização, pluralidade e singularidades das cidades amazônicas. In: CASTRO, E.M. R. (Org.). **Cidades na Floresta**. 1.ed. São Paulo: Annablume, 2009. p. 13- 39.
- FIGUEIREDO, S. L. Espaços públicos nas cidades: notas sobre o ordenamento, acessibilidade e turistificação. In: FIGUEIREDO, S. L. (Org.) **Turismo, lazer, planejamento urbano e regional**. Belém: Ed. NAEA/UFGPA, 2008. p. 79-92.
- GOMES, P. C. C. Espaços públicos: um modo de ser do espaço, um modo de ser no espaço. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P.C.; CORRÊA, R. L. **Olhares geográficos: modos ver e viver o espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 19-41.
- HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.
- LEFEBVRE, H. **The Production of Space**. Malden: Blackwell Publishers, 2001.
- MANGAL DAS GARÇAS. Disponível em: < <http://www.mangaldasgarças.com.br/>>. Acesso em: 01 out. 2017.
- MARCELLINO, N. C.; BARBOSA, F. S.; MARIANO, S. H. Espaços e equipamentos de lazer: apontamentos para uma política pública. In: MARCELLINO, N. C. (Org.) **Políticas Públicas de lazer**. Campinas: Alínea, 2008. p. 133-152.
- MARCELLINO, N. C. **Estudos do lazer: uma introdução**. 2.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.
- MEZZAROBA, C. Esporte e lazer na perspectiva da indústria cultural: aproximações

preliminares. **Esporte e Sociedade**, v.4, n.11, mar./jul. 2009.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

PEREIRA, P. V. V.; MATOS, L. S. Lazer como mecanismo de apropriação democrática dos espaços públicos: um estudo sobre as práticas de lazer na Estação das Docas em Belém (Pará, Brasil). **Turismo e Sociedade**, v. 8, n. 3, p. 511- 531, 2015. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/turismo/article/view/41260>>. Acesso em: 01 out. 2016.

ROLNIK, R. O lazer humaniza o espaço urbano. In: **Lazer numa sociedade globalizada: leisure in a globalized society**. São Paulo: Sesc/WLRA, 2000.

SERPA, Â. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2009.

SOUZA, M. L. Cidades fragmentadas, medo generalizado: das “áreas de risco” à “ubiquidade do risco”. In:_____. **Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, p.51- 91.

TRINDADE JÚNIOR, S. C. Patrimônios, vivências e representações do espaço em políticas de requalificação urbana na Amazônia. **Revista Espaço e Geografia**. v. 16, n.2, p. 483-513, 2013.

Endereço para correspondência

Pablo Vitor Viana Pereira

Endereço: Avenida Conselheiro Furtado, nº 3536A, apto 1202 - Guamá, Belém/PA.

CEP: 66073-160

Mirleide Chara Bahia

Endereço: Travessa Angustura, nº 1961, apto 504 – Pedreira, Belém/PA.

CEP: 66080-180

Recebido em:

20/03/2018

Aprovado em:

27/04/2018